

## A CONSTRUÇÃO IDENTITÁRIA ENTRE EMBATES E DISPUTAS: O ROMANCE ÚRSULA, LITERATURA AFRO-BRASILEIRA PARA UMA EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA

João Paulo Carneiro

Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ

professorjpcarneiro@gmail.com

### RESUMO

O artigo em tela tem como principal finalidade discutir no âmbito do Ensino de História e Literatura Afro-Brasileira, os embates e as disputas na construção da identidade nacional perpassando conceitualmente no que tange a questão de raça, gênero e literatura. De modo que, ao longo do texto procuramos diante das tensões construídas no recorte do século XIX e na primeira metade do século XX no que tange o processo discursivo e as disputas na formação do Estado nação brasileiro nas dimensões culturais, políticas, sociais, epistemológicas, inserir o romance Úrsula de Maria Firmina dos Reis diante do projeto de modernidade, ou seja, projeto de poder engendrado e construído discursivamente com a objetividade de homogeneizar e desumanizar determinadas culturas (MIGNOLO E PINTO, 2015), um processo monocultural (MUNANGA, 2012). Sendo assim, verificamos através das pistas e indícios por meio do corpus analisado, as potencialidades e possibilidades, especialmente no campo do Ensino de História, rupturas e reconstruções identitárias no que tange os aspectos identitários no processo da construção do Estado nação no contexto brasileiro para uma educação antirracista na contemporaneidade.

**Palavras-Chave:** Ensino de História. Literatura Afro-Brasileira. Educação Antirracista. Raça e Gênero.

### THE IDENTITY BUILDING BETWEEN FIGHTING AND DISPUTES: THE ROMANCE URSULA, AFRO-BRAZILIAN LITERATURE FOR ANTI-RACIST EDUCATION

### ABSTRACT

The main purpose of this article is to discuss, within the scope of the Teaching of Afro-Brazilian History and Literature, the clashes and disputes in the construction of the national identity, conceptually permeating the issue of race, gender and literature. So that, throughout the text, we look for the tensions built in the 19th century and in the first half of the 20th century regarding the discursive process and the disputes in the formation of the Brazilian nation-state in the cultural, political, social, epistemological dimensions insert the novel Úrsula by Maria Firmina dos Reis before the project of modernity, that is, a power project engendered and constructed discursively with the objectivity of homogenizing and dehumanizing certain cultures (MIGNOLO E PINTO, 2015), a monocultural process (MUNANGA, 2012). Thus, we verified through the clues and indications through the analyzed corpus, the potentialities and possibilities, especially in the field of History Teaching, ruptures and identity reconstructions

regarding the identity aspects in the process of the construction of the nation state in the Brazilian context for a contemporary anti-racist education.

**Keywords:** History teaching. Afro-Brazilian Literature. Anti-racist Education. Race and Gender.

Recebido em: 30/05/2021.

Aceito em: 03/10/2022.

## INTRODUÇÃO

*A identidade nacional não é inata, mas fruto de representações culturais (HALL, 2014)*

As dimensões de disputas perpassam o processo da construção da história do ensino de história, principalmente por um “estudo mnemônico sobre um passado criado para sedimentar uma origem branca e cristã” (BITTENCOURT, 2018, p.127). Esse processo apontado pela autora vincula-se intrinsecamente ao projeto de modernidade, isto é, projeto de poder engendrado e construído discursivamente para homogeneizar e desumanizar determinadas culturas (MIGNOLO E PINTO, 2015), uma visão de mundo que se autodenomina de superior, avançado, moderno, ou seja, a Europa Ocidental, enquanto que os demais, ou dito de outra maneira “os outros” carregando o peso dos aspectos negativos (LANDER, 2005). Muito se assemelha o processo analisado por Said (2007) no contexto colonialista britânico referente aos árabes e asiáticos “além da partilha dos territórios, do lucro, do poder governamental – o poder intelectual – denominado de orientalismo” (p. 75). Boaventura de Souza Santos em sua obra – “O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do sul”<sup>1</sup>, corrobora quando analisa “Império Cognitivo” e “Epistemologias do Sul” está relacionado intimamente ao processo histórico na dimensão imperialista do Ocidente, particularmente na construção no âmbito de uma monocultura, ou seja, um projeto de poder eurocêntrico, isto é, um conjunto de conhecimentos hegemônicos de determinados saberes em detrimento de outros. Assim, diante do processo monocultural nos elementos eurocêntricos torna-se relevante refletir sobre as estratégias construídas para os esforços de descolonização dos currículos, especialmente no ensino de história visando uma educação antirracista.

---

<sup>1</sup> Consulte a referência bibliográfica.

Como trabalhar à autoestima e a autoimagem de crianças negras diante de narrativas construídas nos Livros Didáticos na dimensão em que os sujeitos históricos são os brancos? Se as suas imagens representativas são apresentadas de maneira estereotipadas e subalternizadas? No mesmo âmbito também consideramos a questão dos povos indígenas. Diante de tais distorções e deslocamentos discursivos, uma importante indagação é feita por Mignolo e Pinto (2015): “Quando a ideia de Brasil foi inventada e como essa invenção se tornou fundamento territorial que apagou outras memórias e territorialidades?” (p. 382).

### ASPECTOS CONCEITUAIS E CAMINHOS METODOLÓGICOS

É importante destacar os principais conceitos e categorias de análise discutida no processo de construção deste texto. “Raça” e racismo são apresentados conceitualmente na esfera política e sociológica (MUNANGA, 2012; GUIMARÃES, 2012; HALL, 2013). No processo de desconstrução de um ensino que invisibiliza as mulheres na história, gênero é uma importante categoria para tais reflexões (COSTA, 2003). Nação como “uma comunidade política imaginada”, nacionalidade como fruto de produção cultural (ANDERSON, 2008, p.32). A língua nacional “materna” advém de uma criação ideológica de intelectuais nacionalistas no bojo da invenção da nação moderna (HOBBSBAWM, 1990). Contribuindo por meio dos estudos críticos, nação e nacionalidade apresentam um sistema de representações culturais na produção de sentidos (HALL, 2014). Espaço e território não como sinônimos, mas distintos, ou seja, espaço na “expressão de uma dimensão da sociedade (extensão e coexistência/simultaneidade)”, território tendo como foco a prioridade “no interior dessa dimensão espacial das relações de poder e suas múltiplas esferas” (HAESBAERT, 2018, p.166). O romance “Úrsula” optamos pela abordagem na categoria de literatura afro-brasileira como uma formulação ampla (DUARTE, 2006), porém reconhecendo as diversas disputas em tono da conceituação e suas implicações (CUTI, 2010)<sup>2</sup>. Modernidade como uma interpretação dos atores e instituições situados na Europa Ocidental e que escamoteia a colonialidade. Colonialidade do poder como legitimadora das ideias e valores ocidentais, e controladores

---

<sup>2</sup> CUTI, pseudônimo de Luiz Silva, nascido em Ourinhos, São Paulo no dia 31 de outubro de 1951. Poeta, ficcionista, dramaturgo, e ensaísta, um dos mais destacados intelectuais negros da atualidade. Militante e um dos fundadores da série Cadernos Negros (1978-1993), da ONG Quilombhoje Literatura (1983-1994) entre outros projetos e frentes ativistas no campo da literatura e movimento negro.

para além das estruturas políticas e econômicas - das subjetividades (MIGNOLO E PINTO, 2015).

### **O BRASIL, OS BRASIS E OS BRASILEIROS: CONSTRUÇÃO EXCLUDENTE E ELITISTA**

Precisamos nesse momento retornar ao questionamento realizado por Mignolo e Pinto (2015): “Quando a ideia de Brasil foi inventada e como essa invenção se tornou fundamento territorial que apagou outras memórias e territorialidades?” (p. 382). Para os autores a compreensão do questionamento dar-se-á na proposição da modernidade como invenção e criação de um projeto de poder. “A invenção do Brasil foi precedida pela invenção das ‘Índias Ocidentais’ e do ‘Novo Mundo’, este último termo utilizado pelos europeus para designar tudo aquilo que eles não conheciam”<sup>3</sup>. E como consequência dois grandes genocídios: indígenas e negros.

O eurocentrismo<sup>4</sup> é uma das chaves para compreender o projeto de poder da modernidade<sup>5</sup>. Em terras brasileiras<sup>6</sup> as garras eurocentradas proporcionaram um rastro de exclusão no processo histórico em inúmeras dimensões, sobretudo no campo educacional<sup>7</sup> e da legislação. No período compreendido como Brasil Colônia inexistia a inserção do negro devido o processo escravista, ou seja, o escravizado consistia como “coisa”. “Na verdade, a maior parte dos regulamentos reais criou formas de controle social que beneficiaram os senhores, não os escravos” (COSTA, 1985, p.238). Tais subordinações constituídas tanto na legislação vigente do contexto colonial quanto monárquico desencadeou uma massa de excluídos. Não tencionamos aqui tratar as especificidades da escravização, mas discutir o

---

<sup>3</sup> Ibid.

<sup>4</sup> Compreendido como ideologia criada na Europa Ocidental carregando um conjunto de ideias com pretensões universais: sexista, machista, patriarcal, monocultural, cristã e branca.

<sup>5</sup> “Modernidade”, “História Moderna” cunhados por historiadores na compreensão da Europa Ocidental entre os séculos XV e XVIII.

<sup>6</sup> De acordo com Menezes (2011), cartograficamente, o Brasil tem o seu nome geográfico muito antes do seu “descobrimento”.

<sup>7</sup> Para esse longo processo de exclusão na história da educação brasileira indicamos a leitura do artigo: VIDAL, Diana G. FARIA FILHO, Luciano M. de. “A escolarização no Brasil: cultura e história da educação”, 2007. Disponível em: <http://edf283turma48.blogspot.com/2007/08/texto-aula-historica-1508.html>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

processo de construção identitária nacional e seus apagamentos e silenciamentos, preferencialmente a partir do século XIX.

O desenvolvimento da formação do Estado nacional brasileiro passa pelo longo processo do século XIX<sup>8</sup>, principalmente nos seguintes marcos históricos pela historiografia tradicional: a vinda da família real em 1808; o processo de independência em 1822; e a transição da Monarquia para a República em 1889. Portanto, com os marcos históricos apontados, diversas e múltiplas mudanças ocorreram. A circulação de viajantes europeus, mormente através das produções textuais de intelectuais sob forte influência do pensamento iluminista. A ideia de raça é consolidada no século XIX, entretanto, suas implicações surgem em meados do século XVIII. “Raça é uma construção social criadas por brancos e não por negros”<sup>9</sup>. Sendo assim, as circulações de estrangeiros (intelectuais e pesquisadores) de diversas matizes, proporciona o processo de uma espécie de globalismo<sup>10</sup> das ideias científicas para o contexto discutido. Adoção do discurso científico evolucionista como modelo de análise social (SCHWARCZ, 1993). É preciso ressaltar que através dos marcos históricos citados anteriormente, o aparelho de Estado europeu se instalara no Brasil, portanto, as construções políticas e culturais são tecidas a partir dos valores do projeto de modernidade<sup>11</sup>.

Quais são as principais referências para se resgatar historicamente a respeito da “brasilidade” na construção da nação? Africanos? Indígenas? Mestiços? Muito pelo contrário, silenciados, apagados e desumanizados. Jogados na zona do não ser de acordo com Fanon (2008). Segundo Schwartz (1999), a tentativa de resgate dos historiadores restringia-se ao núcleo de uma pequena elite, em sua maioria de homens brancos formados na Europa. Para Schwarcz (1993) a composição miscigenada da sociedade brasileira causava ares céticos no

---

<sup>8</sup> Processo em que particularmente negros e mulheres são empurrados para a marginalização social de acordo com os autores aqui tratados.

<sup>9</sup> NASCIMENTO, Alvaro. “Sobre o que esquecemos e alcançamos: historiografia e racismo”, participante da mesa 4 – Raça na Historiografia, do III Encontro Fluminense de Teoria da História e Historiografia – EFTH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EsQF38EW2yl>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

<sup>10</sup> Terminologia compreendida como uma pretensão discursiva salvacionista e impositora que traduzem os privilégios de maneira unilateral no que se refere ao pensamento da Europa Ocidental (MIGNOLO E PINTO, 2015).

<sup>11</sup> Modernidade e Colonialidade são intrínsecas para Mignolo e Pinto (2015).

âmbito das teorias raciais europeias. Para a definição de uma identidade nacional fora estratégico incorporar intelectuais, pesquisadores, textos, na dimensão do pensamento racial brasileiro (SCHWARCZ, 1993). Assim como exemplo podemos citar:

Em 1884, Couty publicou um livro sobre o Brasil, intitulado *Ébauches sociologiques* [O Brasil em 1884. Esboços sociológicos], em cujo prefácio enunciou sem ambigüidades suas opiniões raciais: “Tentei provar que foi a colonização pelos africanos escravizados que produziram todos os males do Brasil, e indiquei a colonização por homens livres da Europa como único remédio possível”. Não há nenhum indício de que algum dos importantes amigos brasileiros de Couty tenha tentado refutar essa sua interpretação unilateral da história do Brasil (SKIDMORE, 2012 p.71,72).

O excerto acima demonstra o projeto do discurso da modernidade através das trocas dos referenciais estrangeiros que destilaram seus relatórios, ensaios e resultados pessimistas no que tange a miscigenação da sociedade brasileira na formação da nação. “É imprescindível recordar que a política imigratória europeia associada a ideologia do branqueamento fazia parte da política pública oficial do Estado no fim do século XIX e início do XX” (CARNEIRO, 2019, p.51). Consequente, as relações de poder na formação do Estado vão moldando o território brasileiro e negando a pluralidade identitária brasileira. O grande problema para a elite branca brasileira consistia na pluralidade racial. Era necessário branquear a população. Esse é um extenso debate na historiografia, principalmente no âmbito do pensamento social brasileiro na esfera do debate sanitário e/ou eugênico<sup>12</sup>.

Não pretendemos abordar suas especificidades e complexidades neste trabalho. A princípio o que nos importa na discussão da identidade nacional é que o projeto de eugenismo chega ao Brasil através do projeto de modernidade-colonialidade. Nesse contexto cria-se uma cartografia da exclusão, ou seja, a não inserção social da população negra na sociedade brasileira por um longo processo histórico, pois, a colonialidade do poder<sup>13</sup> persiste em suas garras na formação identitária.

---

<sup>12</sup> Sobre intelectuais, instituições e publicações eugenistas do campo intelectual brasileiro, consultar SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: Uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-1937)*. Niterói: Tese de Doutorado em História

<sup>13</sup> “Código conceitual fundamentado no qual a ideia de civilização ocidental legitima a si mesma – por meio de atores, instituições, linguagens – como controladora não só na economia e da autoridade, mas também da subjetividade e do conhecimento de povos e etnias não ocidentais” (MIGNOLO E PINTO, 2015, p. 383).

O Brasil atravessou uma série de crises e instabilidades, especialmente no século XIX com o contexto da transição do aparelho de Estado, o pós-independência e o pós-abolição e na primeira metade do século XX no que se referem às disputas na construção da identidade nacional.

Entre continuidades e descontinuidades entre as disputas da identidade nacional no percurso histórico é preciso observar conforme Domingues (2004) a questão da ideologia do branqueamento remonta um precedente histórico do período colonial<sup>14</sup>. E indica que um dos intelectuais, se não o precursor, padre Antônio Vieira (1608-1697) se posicionava nesse sentido. Nesse período as representações sociais estigmatizantes já sinalizavam a cor preta associado a aspectos negativos e brancos com aspectos positivos. E para ilustrar tais representações, o branco simbolizando a pureza e Deus. Já o preto, a impureza e o Diabo. Estratégia discursiva de dominação que Said (2007) denomina de “Orientalismo”<sup>15</sup>, onde o dominador (NÓS) é apresentado através de narrativas, imagens, linguagens e características positivas em detrimento do outro (ELES), o dominado, carregado de aspectos negativos. Em síntese, tornar a imagem do negro negativa era uma das tônicas do branqueamento. E de acordo com Domingues (2004) se tratando da política imigrantista e da representação desfavorável ao negro, as classes dominantes e dirigentes se valiam da atuação desses intelectuais para concretizarem suas ideologias em conjunto com seus interesses econômicos.

Torna-se de suma importância ainda que de maneira breve apontar o papel do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB)<sup>16</sup> nos embates da identidade nacional, sobretudo no período imperial de acordo com a produção historiográfica<sup>17</sup>. “Assim, é no bojo

---

<sup>14</sup> Entretanto, mesmo ressaltando esse precedente histórico, o historiador reconhece a proeminência do ideário do branqueamento eclodindo no final do século XIX e início do XX.

<sup>15</sup> Terminologia criada pelo Ocidente (SAID, 2007).

<sup>16</sup> Criado em 1838, com o intuito de prestar auxílios a administração imperial, formado por homens ligados ao Governo, o IHGB acabou por se tornar o primeiro centro produtor de uma história produzida sobre o Brasil.

<sup>17</sup> Entre outros: GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-613, jul-set. 1995; e GUIMARÃES, Manoel Salgado. Nação e civilização nos trópicos: o IHGB e o projeto de uma história nacional. *Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, n. 1, v. 1, p. 3-27, 1988.

do processo de consolidação do Estado Nacional que se viabiliza um projeto de pensar a história brasileira de forma sistematizada” (GIMARÃES, 1988, p. 6).

Assim dito, havia a necessidade diante das tensões e instabilidades no território brasileiro de se produzir “uma história”, “uma escrita da história” constituída de honra e orgulho para a nação brasileira. Que nação? Que brasileiro? Que identidade? Não podemos perder de vista a extensão do projeto de modernidade, ou seja, a Europa Ocidental como referência e modelo de virtude, sendo assim, a marca do eurocentrismo. Marca que invisibiliza outras identidades, saberes, culturas, isto é, indígena, mestiça, negra, principalmente no campo da educação e das instituições oficiais. Tanto o ensino de história quanto o de geografia foram categorizados neste viés, em decorrência do eurocentrismo. Então, precisamos discorrer sobre as dimensões das construções do projeto da identidade nacional e desse “brasileiro” oriundo das produções e influência do IHGB em suas múltiplas facetas.

### **CONSTRUÇÕES E RECONSTRUÇÕES, COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO, DOMINAÇÃO E RESISTÊNCIA**

No que concerne aos elementos construtores da invenção - nação brasileira, o outro, relacionado ao projeto de modernidade do ocidente como discurso hegemônico, o não branco necessita ser definido, porém sua definição é a zona do não ser (FANON, 2008), o desumanizado e subalternizado (SPIVAK, 1998), que necessita ser civilizado no sentido de ser controlado ideologicamente. A construção da nação por vias positivistas<sup>18</sup> é a imagem do progresso e da ordem, e diante desse desenvolvimento era de vital importância “(...) assegurar o controle sobre as populações indígenas fronteiriças significava garantir o poder do Estado Nacional sobre este espaço” (GUIMARÃES, 1988, p. 21). Mesmo diante da força do Estado e de seu instrumental ideológico não está isento as tensões na contra mão do projeto de poder da modernidade, isto é, as resistências em diversas frentes, mormente se pensando nos movimentos abolicionistas entre outros. Em suma, construir o ideário na nação brasileira nesse contexto representava para os intelectuais do IHGB resolver a questão indígena e a racial. A escrita da história nas produções do IHGB fundamentava-se no processo imigratório

---

<sup>18</sup> Sistema criado por Auguste Comte (1798-1857) que se propõe a ordenar as ciências experimentais, considerando-as o modelo por excelência do conhecimento humano, em detrimento das especulações metafísicas ou teológicas; comtismo. Em sentido lato, cada uma das doutrinas influenciadas pelo comtismo nos séculos XIX e XX, caracterizadas pelo cientificismo, metodologia quantitativa e hostilidade ao idealismo. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/>. Acesso em 13 de novembro de 2020.



européu no quesito de tentar resolver principalmente a questão racial e a geografia focada nas dimensões fronteiriças no estabelecimento das relações de poder, sobretudo referente aos indígenas, a construção identitária física do Estado Nação.

Neste momento cabe outra menção breve e elementar, ou seja, o âmbito dos literatos no debate da identidade nacional. Os autores brasileiros, sobretudo indianistas<sup>19</sup> desempenharam um importante trabalho na construção de um Brasil ideal e pretensamente original<sup>20</sup>.

Se o Brasil era uma nação, deveria possuir espírito próprio como efetivamente manifestara pela proclamação da Independência; Decorria daí, por força, que tal espírito deveria manifestar-se na criação literária, que sempre o exprimia, conforme as teorias do momento (CANDIDO, 1993, p. 313).

Diante das pretensões de um Brasil original a temática da miscigenação recebe contornos diferenciados dos pensadores da linha eugênica. A substituição do eixo racial pelo eixo cultural. Ou seja, se antes as misturas com os africanos enfraqueceria e deformaria a nação brasileira, a criação de tradições e mitos na figura indígena traria supostas soluções para a identidade nacional – o brasileiro fruto de uma raiz e de uma matriz heróica, forte, virtuosa, enfim, uma metáfora da criação cavaleiresca medieval da Europa Ocidental.

Os literatos no bojo das transformações no que tange as discussões da nação, nacionalismo, Brasil, brasileiro, na defesa das “origens”, o indianismo será a matriz de todo o mito na idealização da identidade do brasileiro (ZILBERMAN, 1999). Portanto, ideologicamente, criam um passado histórico numa perspectiva de tradições inventadas. Para Hobsbawm (1984):

(...) tradições inventadas entende-se como um conjunto de práticas, normalmente reguladas por regras tácita ou abertamente aceitas; tais práticas, de natureza ritual ou simbólica, visam inculcar certos valores e normas de comportamento através da repetição, o que implica, automaticamente; uma continuidade em relação ao passado (p. 9).

A invisibilidade da população negra dar-se-á por não cumprir a imagem do nativo, dito de outra maneira de autóctone, mas principalmente pela marca da escravização. Se tratando

---

<sup>19</sup> Processo nos estudos literários em que a figura do indígena representará o sujeito heróico e mítico.

<sup>20</sup> “O Guarani” de José de Alencar, “O Uruguai” de José Basílio da Gama, “Juca Pirama” de Gonçalves Dias entre outros.

de literatura cumpre dizer a relevância do papel da imprensa. Assim, a formação do cânone vai tomando corpo, ou seja, branco, masculino, elitizado.

O cumprimento das duas primeiras tarefas justificava a atividade do historiador; a resolução do terceiro legitimava-o perante a sociedade, pois, por meio da literatura, o país recebia atestado de nação, incluindo-o ao rol dos territórios civilizados e progressistas, os mesmos onde imperava um regime político reconhecido internacionalmente e era dominado por uma elite ilustrada, de preferência alinhado à classe burguesa que dominava a Europa pós-revolucionária do século XIX (ZILBERMAN, 1999, p. 27).

No entanto, a identidade nacional consistirá na figura dessa tríade: homem, branco e burguês. O negro excluído e o indígena inventado. Sendo assim, no processo de construção e desconstrução, colonização e descolonização, dominação e resistência, passemos a discorrer na esfera dos desligamentos e desengajamento epistêmico numa perspectiva decolonial e pós-colonial. Pelo longo percurso das disputas da criação da nação, os negros possuem uma participação dinâmica na dimensão política, social e histórica (GOMES, 2005). E no campo da literatura brasileira que segundo Cuti (2010) “(...) precisa de forte antídoto contra o racismo nela entranhado. Os autores nacionais, principalmente os negro-brasileiros, lançaram-se a esse empenho, não por ouvir dizer, mas por sentir, por terem experimentado a discriminação em seu aprendizado” (p. 8). Portanto, aqui abordamos a escritora Maria Firmina dos Reis<sup>21</sup> e seu romance “Úrsula”<sup>22</sup>, pois conforme explicitado pelo poeta, a escritora vivenciou o terrível universo da discriminação<sup>23</sup> no âmbito racial, social e de gênero do contexto aqui tratado<sup>24</sup>.

---

<sup>21</sup> Nascida em 11 de março de 1822 em São Luís de Maranhão. Para maiores informações a respeito dos dados biográficos sugerimos a seguinte página: Disponível em: <http://www.lettras.ufmg.br/literafro/autoras/322-maria-firmina-dos-reis>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

<sup>22</sup> Romance original brasileiro. São Luís: Typografia do progresso, 1859.

<sup>23</sup> Também conhecida como racismo, é a expressão ativa ou comportamental do racismo e visa negar aos membros de certos grupos um acesso igualitário aos recursos escassos e valiosos. Trata-se de algo mais do que pensar desfavoravelmente a respeito de certos grupos ou manter crenças negativas a seu respeito: a discriminação racial envolve colocar essas crenças em ação. [...] A discriminação racial pode ir desde o uso de rótulos pejorativos, como “crioulo” ou “negão” à negação de acesso a esferas institucionais, como habitação, educação, justiça, participação política etc. As ações podem ser internacionais ou não [...] (CASHMORE, 2000, p.171, 172).

<sup>24</sup> Nossa escolha pela escritora Maria Firmina dos Reis não significa a não existência de outras escritoras, no entanto, especificamente no recorte do século XIX e com obra publicada, a escritora diferencia-se. Temos por exemplo no século XVIII no Brasil, Rosa Maria Egípcíaca da Vera Cruz (1719 – 1778?), no entanto, seu livro “Sagrada Teologia do Amor Divino das Almas Peregrinas” classificado como herético pela igreja católica e destruído pela inquisição. Disponível em:

## LITERATURA NEGRO-BRASILEIRA OU AFRO-BRASILEIRA?

Antes de adentrarmos as questões no romance “Úrsula”, é preciso lembrar que nenhum conceito está imune a críticas e controvérsias. O conceito de literatura negro-brasileira<sup>25</sup> é defendido por muitos autores e dentre essa gama de autores citamos aqui Cuti (2010) por sua postura contundente a respeito da temática. Por outro lado, o conceito chegou a ser negado como se pode comprovar na fala poeta: “Falar-se de literatura brasileira negra não tem cabimento. Os negros, que para cá vieram na condição de escravos, não tinham literatura, já que essa manifestação não fazia parte de sua cultura” (GULLAR, 2011)<sup>26</sup>. E para acirrar o debate continua:

Cruz e Souza era negro; Machado de Assis, mulato, mas tanto um quanto outro, foram herdeiros de tendências literárias europeias, fazendo delas veículo de seu modo particular de sentir e expressar a vida. Não se pode, portanto, afirmar que faziam "literatura negra" por terem negra ou parda a cor da pele.<sup>27</sup>

A discussão é complexa e demanda várias vertentes, ou seja, há especialistas que defendem que particularizar o termo “afro” ou “negro”, reduziria o espectro da cultura brasileira, os que discordam dessa linha de interpretação contra argumentam que na generalização da utilização de literatura brasileira na pretensão de nivelar as contribuições culturais acabam minimizando certa cultura, ou seja, a cultura negra é invisibilizada. Quem teria a autoridade para dizer o que é ou não é literatura negra e afro? Quais seriam os critérios e instrumentais avaliativos para tal processo? De acordo com Fonseca (2006) necessitamos de aprofundamento no debate, pois na trilha construída na logicidade da literatura brasileira não consegue dar conta dos motivos pelos quais há desconhecimentos de autores afro ou negros no chão da escola através das produções literárias brasileiras Para Cuti (2010)

---

<https://online.unisc.br/acadnet/anais/index.php/semic/article/view/13651>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

<sup>25</sup> As primeira reflexões no campo acadêmico deu-se por pesquisadores “brasilianistas”: Roger Bastide com a obra “Estudos afro-brasileiros” (1940); Raymond Sayers, “O negro na literatura brasileira” (1958); Gregory Rabassa, “O negro na ficção brasileira” (1965); David Brokshaw, “Raça e cor na literatura brasileira” (1983).

<sup>26</sup> GULLAR, Ferreira. “Preconceito Cultural”, publicado no Jornal Folha de São Paulo, no dia 4 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/12790-preconceito-cultural.shtml>. Acesso em 13 de novembro de 2020.

<sup>27</sup> Ibid.

Denominar de afro a produção literária negro-brasileira (dos que se assumem como negros em seus textos) é projetá-la à origem continental de seus autores, deixando-a à margem da literatura brasileira, atribuindo-lhe, principalmente, uma desqualificação com base no viés da hierarquização das culturas, noção bastante disseminada na concepção de Brasil por seus intelectuais. “Afro-brasileiro” e “afrodescendente” são expressões que induzem a discreto retorno à África, afastamento silencioso do âmbito da literatura brasileira para se fazer de sua vertente negra um mero apêndice da literatura africana (p. 16).

Nessa dimensão corrobora Fonseca (2006) diante das relações de poder, ou seja, as decisões a respeito do cânone literário se concentra numa certa fração de grupo (críticos), que detém o privilégio do aval especializado das escolhas que selecionam e elegem textos e autores nos círculos sócio-culturais no seio da sociedade brasileira.

Mesmo não havendo consenso no bojo do movimento negro, é importante os apontamentos realizados pela autora acima, porque revela o sistema de exclusão atestado pela sociedade brasileira, pois quando se enuncia literatura brasileira não temos a obrigatoriedade de utilizar a expressão “literatura branca” (FONSECA, 2006). Portanto, é no cerne das disputas da identidade nacional, sobretudo pelo processo do apagamento étnico-racial e suas nuances perversas<sup>28</sup>, que emergem “literatura negra”, “cultura negra”, “identidade negra”, “estética negra” “poesia negra”, enfim, expressões de resistências, representações e ressignificações nos embates e disputas identitárias.

Sem dúvida nenhuma o movimento negro no processo histórico tem substancial contribuição de grandes conquistas, por exemplo, a Lei 10.639/03 introduzida na Educação Básica<sup>29</sup>. Portanto, nas diversas frentes de atuação do movimento negro cumpre-nos citar no âmbito das produções literárias “Cadernos Negros”<sup>30</sup>, período de forte organização e amadurecimento do movimento negro no Brasil nos anos de 1970. Assim, a marca registrada das produções dos “Cadernos Negros” através de seus inúmeros intelectuais é a escrita

---

<sup>28</sup> Eugenismo, projeto de imigração, embranquecimento, mito da democracia racial.

<sup>29</sup> LDB, 9394/96. Art. 26-A. Nos estabelecimentos de Ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

<sup>30</sup> “A partir de 1978 a produção literária afro-brasileira dinamizou-se bastante por conta da criação da série *Cadernos Negros*, que, publicando contos e poemas, tem se tornado o principal veículo de divulgação da escrita daqueles que resolvem colocar no papel suas experiências e visão de mundo”. Disponível em: <https://www.quilombhoje.com.br/site/cadernos-negros/#:~:text=A%20partir%20de%201978%20a,experi%C3%AAs%20e%20vis%C3%A3o%20de%20mundo>. Acesso em: 13 de novembro de 2020.

antirracista e identitária. Sendo assim, optamos pelo conceito literatura afro-brasileira como explicitado na sessão “aspectos conceituais”, que segundo Duarte (2006) é mais abrangente no sentido de integrar o étnico, negro e mulato na produção literária brasileira e suas variações.

### ÚRSULA “ROMANCE ORIGINAL BRASILEIRO”

A partir desse momento nosso objetivo é reunir alguns elementos e indícios para nos auxiliar na desconstrução imagética e dos múltiplos apagamentos ocorridos na construção da identidade nacional, especialmente no recorte dos séculos XIX e XX. Não tencionamos discorrer sobre os aspectos biográficos de Maria Firmina dos Reis, alguns especialistas já concluíram a empreitada<sup>31</sup>e muito menos uma análise detalhada e exaustiva do romance.

Escritora, “Uma Maranhense” – seu pseudônimo, poeta, contista, romancista, folclorista, compositora e professora. De acordo com Filho (1975) aos vinte e cinco anos (1847) passou no concurso público para a instrução primária em Guimarães – MA. Fundou uma escola mista e gratuita do Maranhão, na localidade de Maçaricó, no período de sua aposentadoria em (1880). Este feito por uma mulher negra é admirável no contexto aqui tratado, porque diante da historiografia do campo da educação, a instituição escolar no âmago da sociedade escravocrata oitocentista não possuía a população de negros, livres e libertos em seus bancos escolares (GONÇALVES E SILVA, 2000). Havia divisão de gênero nas classes (SOUZA, 2008), a gratuidade para o ensino público só se tornou uma garantia na Constituição de 1891. Portanto, Maria Firmina, é uma mulher negra na contra mão do projeto de modernidade com todo o seu aparato hegemônico, se apresenta na vanguarda das políticas públicas no campo educacional no que tange a gratuidade do ensino<sup>32</sup>e na ruptura da divisão das classes por gênero.

O enredo trata da história de amor entre Úrsula e Tancredo. O conflito dramático encontra-se na figura do tio de Úrsula, Fernando, que deseja casar-se com Úrsula contra a sua

---

<sup>31</sup> Algumas sugestões: ADLER, Dilercy Aragão. *Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor*. 1 ed. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017. FILHO, Nascimento Morais (Org.). *Maria Firmina: fragmentos de uma vida*. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975. Entre outras.

<sup>32</sup> Debate longo na história da educação brasileira entre duas correntes no viés pedagógico no final do século XIX e por todo o século XX, ou seja, a corrente católica e os escolanovistas ou movimento da escola nova.

vontade. Os protagonistas percorrem o estilo dos demais romances do Brasil oitocentista, isto é, o roteiro (folhetinesca – incesto, coincidências, idealização do amor e seu impedimento por um vilão) tudo dentro do script e padrões. E para a construção das personagens negras escravizadas? Que referência buscar? Que modelos? Que vozes? No entanto, (Túlio, Susana e Antero) são as personagens negras com nomes, histórias, memórias e “com referência moral” (DUARTE, 2016, p. 49).

O processo do projeto de modernidade com a pretensão universalista, salvacionista, civilizadora e monocultural é colocado em xeque pela escritora, pois, diante da desumanização e da negação do ser, a trajetória biográfica se torna uma estratégia para desconstruir a invisibilidade feminina e racial da história identitária brasileira. Re(humaniza), ou seja, quando humanizamos biografias desumanizadas possibilitamos rupturas com os discursos homogeneizantes e excludentes, assim, tornamos uma potência para a construção de uma educação antirracista. O projeto da modernidade negou virtudes aos africanos. Em sua obra “Filosofia da História”, o pensador alemão Friedrich Hegel (1770-1831) sinalizou o seguinte:

A principal característica dos negros é que sua consciência ainda não atingiu a intuição de qualquer objetividade fixa, como Deus, como leis, pelas quais o homem se encontraria com a própria vontade, e onde ele teria uma ideia geral de sua essência [...] O negro representa, como já foi dito o homem natural, selvagem e indomável. Devemos nos livrar de toda reverência, de toda moralidade e de tudo o que chamamos sentimento, para realmente compreendê-lo. Neles, nada evoca a ideia do caráter humano [...]. A carência de valor dos homens chega a ser inacreditável. A tirania não é considerada uma injustiça, e comer carne humana é considerado algo comum e permitido [...] Entre os negros, os sentimentos morais são totalmente fracos – ou, para ser mais exato inexistentes (HEGEL, 1999, p. 83-86).

A construção discursiva do projeto no pensamento hegeliano é decisivo e enfático “sentimentos morais inexistem”. A referência moral apontada por Duarte (2016) é pinçada no seguinte trecho:

- Que ventura! – então disse ele, erguendo as mãos aos céus – que podê-lo salvar.

O homem que assim falava era um pobre rapaz que ao muito parecia conter vinte e cinco anos, e que na franca expressão de sua fisionomia deixava adivinhar toda a nobreza de um coração bem formado. O sangue africano fervia-lhe nas veias: o mísero ligava-se à odiosa cadeia da escravidão; e embalde o sangue ardente que herdara de seus pais, e que o nosso clima e a servidão não puderam resfriar, embalde – dissemos – se revoltava; porque se lhe erguia como barreira – o poder do forte contra o fraco!...

Ele entanto resignava-se; e se uma lágrima a desesperação lhe arrancava, escondia-a no fundo de sua miséria (REIS, 2009, p. 22).

A descrição supracitada prepara a cena em que Tancredo sofre um acidente (queda do cavalo), e é salvo por Túlio. Tancredo na figura do (homem branco carregado dos valores oitocentista, no cerne de uma sociedade escravocrata, patriarcal, amparado pelos valores científicos racialistas), subverte completamente tais valores no reconhecimento das virtudes em Túlio. A construção ideológica hierarquizante que inferioriza os negros, especialmente no discurso da negação da existência de valores morais e virtuosos advinda dos africanos é desconstruída no romance. “Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto as nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos” (HALL, 2014). A concepção identitária construída nas personagens negras de Maria Firmina dos Reis possibilita um gradiente de ressignificações no ensino de história quanto no ensino de geografia, principalmente na desconstrução de estereótipos, pois o historiador Petrônio Domingues, pensando nas políticas de imigração no caminho do branqueamento, traça um quadro no imaginário da elite paulista, isto é, o negro como símbolo de atraso, barbárie, selvageria, devassidão e o branco imigrante europeu como, progresso, desenvolvimento, futuro, civilização (DOMINGUES, 2004).

Diante das benfeitorias e da relação de amizade entre Túlio e Tancredo, o que a escritora denominou de “encontro de duas almas generosas”, Túlio recebe a alforria do homem branco, porém, essa liberdade é questionada por Mãe Susana (a velha escravizada) que faz uma intensa cartografia social do seu verdadeiro território de liberdade.

– Tu! tu livre? ah não me iludas! – exclamou a velha africana abrindo uns grandes olhos. Meu filho, tu és já livre?...

– Iludi-la! – respondeu ele, rindo-se de felicidade – e para quê? Mãe Susana, graças à generosa alma deste mancebo sou hoje livre, livre como o pássaro, como as águas; livre como o éreis na vossa pátria.

Estas últimas palavras despertaram no coração da velha escrava uma recordação dolorosa; soltou um gemido magoado, curvou o fronte para a terra, e com ambas as mãos cobriu os olhos.

Túlio olhou-a com interesse; e começava a compreender-lhe os pensamentos.

– Não se aflija – disse – Para que essas lágrimas? Ah! perdoe-me, eu despertei-lhe uma ideia bem triste!

A africana limpou o rosto com as mãos, e um momento depois exclamou:

– Sim, para que estas lágrimas?!... Dizes bem! Elas são inúteis, meu Deus; mas é um tributo de saudade, que não posso deixar de render a tudo quanto me foi caro! Liberdade! liberdade... ah! eu a gozei na minha mocidade! – continuou Susana com amargura – Túlio, meu filho, ninguém a gozou mais ampla, não houve mulher alguma mais ditosa do que eu. Tranquila no seio da felicidade, via despontar o sol rutilante

e ardente de meu país, e louca de prazer a essa hora matinal, em que tudo aí respira amor, eu corria às descarnadas e arenosas praias, e aí com minhas jovens companheiras, brincando alegres, com o sorriso nos lábios, a paz no coração, divagávamos em busca das mil conchinhas, que bordam as brancas areias daquelas vastas praias. Ah! meu filho! mais tarde deram-me em matrimônio a um homem, que amei como a luz dos meus olhos, e como penhor dessa união veio uma filha querida, em que me revia, em que tinha depositado todo o amor de minha alma: – uma filha que era minha vida, as minhas ambições, a minha suprema ventura, veio selar tão santa união. E esse país de minhas afeições, e esse esposo querido, essa filha tão extremamente amada, ah Túlio! tudo me obrigaram os bárbaros a deixar! Oh! tudo, tudo até a própria liberdade! (REIS, 2009, p. 114, 115).

Uma narrativa inflamada e visceral, que descreve o projeto desumanizador do dominador que repartiu um continente, dividiu famílias, soterrou sonhos, mas não conseguiu apagar o real sentido de liberdade. E neste trecho supracitado de maneira em especial chama a nossa atenção “tudo me obrigaram os bárbaros a deixar!”. Quem são os bárbaros? Quem são os civilizados? Os europeus ocidentais e seus “agregados” são inseridos como os desumanos, incivilizados, bárbaros na escrita de Úrsula (DUARTE, 2016). Eis um desafio para uma educação antirracista! Demolir o processo de naturalização que fora erguido no discurso de desqualificação do território africano e dos afrodescendentes, sobretudo na exclusão identitária diante das disputas da formação nacional e seu legado histórico. Uma educação democrática só será possível mediante a inclusão das ditas “minorias excluídas” no bojo de uma democracia social, racial e de gênero.

De certo Úrsula não tem a pretensão de ser um manual abolicionista, muito menos cabe de maneira panfletária a respeito das questões sociais (ZIN, 2016), no entanto, é de suma importância compreender a potência dos escritos de Maria Firmina dos Reis para o debate aqui tratado, mormente no que abarca ser o primeiro romance da literatura afro-brasileira, o primeiro romance abolicionista, produzido pelos olhos de uma afro-descendente, resistindo e dando sentido a questão identitária de ser negro (DUARTE, 2016). Logo:

A consciência de negritude em Maria Firmina dos Reis em sua obra pioneira consiste em ver a questão da abolição não sob o prisma universalista, europeizado e distante do cotidiano, mas sob a ótica do vencido, descrevendo as condições concretas do escravo. Ela insere em toda a sua obra preciosos aspectos antropológicos que permitem ver a existência do escravo no seu aspecto real, sob jugo dos senhores e fatores que agiam sob amparo das leis como na cena do assassinato da escrava Susana, em Úrsula (LOBO, 2011, p.119 *Apud* DUARTE, 2016, p.53).

É justamente a visão de mundo sob a ótica do vencido que reside a relevância no discurso contra-hegemônico, isto é, de oposição a construção criada pela narrativa do



dominador. Outro diferencial na produção de Firmina em *Úrsula* reside no âmbito de preceder e desconstruir o estereótipo da mulher “mulata-mucama” no sentido sensualizado do antropólogo Gilberto Freyre (1900-1987) na obra *Casa Grande & Senzala* (1933), a escritora se distanciou na construção das personagens negras como figuras objetificadas e repletas de ânsia sexuais (DUARTE, 2016). Dito isto, supomos que a escrita de Firmina apresenta o cunho vanguardista que perpassa a construção da identidade nacional brasileira na tríade social, racial e de gênero.

### **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Buscou-se neste texto como principal finalidade discutir no âmbito do ensino de história a questão de raça e gênero como território de disputa na construção identitária brasileira para uma educação antirracista pensando no romance “*Úrsula*” da escritora Maria Firmina dos Reis.

Ao longo desse artigo procuramos tencionar todo o debate perpassando nas tensões diante do projeto de modernidade, ou seja, projeto de poder engendrado e construído discursivamente para homogeneizar e desumanizar determinadas culturas (MIGNOLO E PINTO, 2015) e no questionamento levantados pelos autores: “Quando a ideia de Brasil foi inventada e como essa invenção se tornou fundamento territorial que apagou outras memórias e territorialidades?” (p. 382).

Nosso foco consistiu principalmente, no recorte do século XIX e na primeira metade do século XX no que tange o processo discursivo e as disputas na formação do Estado nação brasileiro. Para isso lançamos mão do instrumental teórico que compreende nação como um discurso cultural e invenção moderna (HALL, 2014; HOBBSBAWM, 1990), como uma comunidade imaginada (ANDERSON, 2008), raça e racismo como construção social e política (HALL, 2013; MUNANGA, 2012; GUIMARÃES, 2012), gênero como uma importante categoria no combate a invisibilidade feminina (COSTA, 2003), território no campo simbólico, ou seja, nas relações de poder (HAESBAERT, 2018), e diante das disputas no campo literário brasileiro, a concepção de literatura afro-brasileira no sentido e compreensão mais abrangente em contraposição a literatura negro-brasileira (DUARTE, 2006).

Assim dito, nos fora possível verificar diante das pistas e indícios no corpus analisado as potencialidades e possibilidades na esfera do debate da construção identitária do Estado

nação no contexto brasileiro. É preciso ressaltar que no longo processo dessa construção identitária por fortes laços ideológicos do projeto de modernidade, o Brasil vai ser marcado pelo genocídio indígena e negro. Portanto, diante do longo processo de negação histórico e cultural, Maria Firmina dos Reis, é de enorme importância como potência em seus escritos, principalmente por ser mulher e negra, mormente no que abarca ser o primeiro romance da literatura afro-brasileira, o primeiro romance abolicionista, sob a visão de mundo na ótica de uma afro-descendente, resistindo e dando sentido o significado de ser negro na construção identitária brasileira.

Sua escrita vanguardista precedeu inúmeros debates na sociedade brasileira. Elaborou personagens negras (mulheres) fora da construção imagética da sensualização e objetificação encontradas em *Casa Grande & Senzala* de Gilberto Freyre.

O projeto de modernidade com a pretensão universalista, salvacionista, civilizadora e monocultural é desconstruída pela escritora, porque rompe com a desumanização e a negação da mulher e do negro, a trajetória biográfica se torna uma estratégia para desconstruir a invisibilidade feminina e racial na história identitária brasileira. Re(humaniza), ou seja, quando humanizamos biografias desumanizadas possibilitamos rupturas com os discursos homogeneizantes e excludentes. Os bárbaros, os não civilizados, os não racionais, em *Úrsula*, é tomado de maneira subversiva, já que, a desumanização é fruto das ações do homem/branco/europeu. Portanto, Uma educação democrática só será possível mediante a inclusão das ditas “minorias excluídas” no bojo de uma democracia social, racial e de gênero. O que alguns autores denominam de cidadania plena<sup>33</sup>.

No sentido de uma identidade plural, o Brasil se apresenta como um excelente exemplo, pois o país surge do encontro da diversidade. Todavia, é preciso compelir que oficialmente e publicamente a construção da diversidade seja tratado na educação brasileira, sobretudo na dimensão aqui abordada (MUNANGA, 2014).

## REFERÊNCIAS

---

<sup>33</sup> Para aprofundamento do tema sugerimos a leitura da obra: CARVALHO, José Murilo de. “Cidadania no Brasil: um longo caminho”. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

ADLER, Dilercy Aragão. Maria Firmina dos Reis: uma missão de amor. 1 ed. São Luís: Academia Ludovicense de Letras, 2017.

ANDERSON, B. Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo. São Paulo: Cia das Letras, 2008.

BITTENCOURT, C. F. Reflexões sobre o ensino de história. Estudos Avançados, 32 (93), 2018. P.127-149.

BRASIL. DIRETRIZES CURRICULARES NACIONAIS PARA A EDUCAÇÃO DAS RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS E PARA O ENSINO DE HISTÓRIA E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/pnaes/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

CANDIDO, Antonio. Formação da Literatura Brasileira. Vol 1 e 2. Belo Horizonte: Itatiaia, 1993.

CARNEIRO, J. P. Racismo e sua reprodutibilidade: exclusão e representação social na sociedade brasileira na segunda metade do século XX. Semioses, Rio de Janeiro, V.13, N.2, Abr./Jun. 2019. P.43-58.

CASHMORE, Ellis. Dicionário de relações étnicas e raciais. São Paulo: Selo Negro, 2000.

COSTA, E. V. Da Monarquia à República: momentos decisivos. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.

COSTA, S. Gênero e História. In: ABREU, Martha. SOIHET, Raquel. (Orgs.). Ensino de História: conceitos, temáticas e metodologia. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003. P. 41-58.

CUTI, (Luiz Silva). Literatura Negro-Brasileira. São Paulo: Selo Negro, 2010.

DOMINGUES, Petrônio. Uma história não contada: negro, racismo, e branqueamento em São Paulo no pós-abolição. São Paulo: Editora SENAC, 2004.

DUARTE, E. Na cartografia do romance afro-brasileiro, Um defeito de cor, de Ana Maria Gonçalves. Disponível em: [www.lettras.ufmg.br/literafro](http://www.lettras.ufmg.br/literafro), 2006. Acesso em: 16 de novembro de 2020.

DUARTE, E. Maria Firmina dos Reis: na contracorrente do escravismo, o negro como referência moral. In: Pensadores negros – pensadoras negras, Brasil, séculos XIX e XX. PINTO, Ana F. M. CHALHOUB, S. (Orgs.). Cruz das Almas: EDUFRB: Belo Horizonte: Fino Traço, 2016. P. 41-58.

FANON, F. Pele negra, máscaras brancas. Salvador, Bahia: EDUFBA, 2008.

FANON, F. Os condenados da terra. Juiz de Fora, MG: EDUFJF, 2005.

FILHO, Nascimento Moraes (Org.). Maria Firmina: fragmentos de uma vida. São Luiz: Comissão organizadora das comemorações de sesquicentenário de nascimento de Maria Firmina dos Reis, 1975.

FONSECA, Maria N. S. Literatura Negra, Literatura Afro-Brasileira: como responder a polêmica? In: SOUZA, F. LIMA, M. N. (Orgs.). Literatura Afro-Brasileira. Salvador: Centro de Estudos Afro-Orientais. Brasília: Fundação Cultural Palmares, 2006.

- GOMES, Flávio. *Negros e política (1888-1937)*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.
- GONÇAVES, Luiz A. O. SILVA, Petronilha B. G. Movimento negro e educação. *Revista Brasileira de Educação*, N.15, Set./Dez. 2000. P.134-158.
- GULLAR, Ferreira. “Preconceito Cultural”, publicado no *Jornal Folha de São Paulo*, no dia 4 de dezembro de 2011. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/paywall/login.shtml?https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrada/12790-preconceito-cultural.shtml>. Acesso em 13 de novembro de 2020.
- GUIMARÃES, A. S. A. *Classes, raça e democracia*. São Paulo: Editora 34, 2012.
- GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Debaixo da imediata proteção de Sua Majestade Imperial: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838-1889). *Revista do IHGB*. Rio de Janeiro, a. 156, nº 388, p. 459-613, jul-set. 1995
- GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, N.1, 1988. P. 3-27.
- HALL, S. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- HALL, S. *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.
- HALL, S. A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções culturais do nosso tempo. *Revista Educação & Realidade*, 22 (2), Jul./Dez. 1997. P. 15-46.
- HAESBAERT, R. *Regional – Global: dilemas da região e da regionalização na geografia contemporânea*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2018.
- HEGEL, G. W. F. *Filosofia da Historia*. Brasília: Editora UNB, 1999.
- HOBBSAWM, E. *Nações e Nacionalismos*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- HOBBSAWM, E. RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.
- MENEZES, Paulo Mário Leal de. O Brasil na cartografia Pré-Lusitana. *Revista Navigator*, V.7, N.13, (2011). Dossiê – Iconografia e Cartografia no Medieval e na Modernidade. P.9-20.
- MIGNOLO, W. D. PINTO, Júlio R. de S. A modernidade é de fato universal? Reemergência, desocidentalização e opção decolonial. *Civitas*, Porto Alegre, V.15, N.3, Jul./Set. 2015. P. 382-402.
- MUNANGA, K. *Negritude: usos e sentidos*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.
- MUNANGA, K. Educação e diversidade cultural. In: COELHO, W. N. B. MÜLLER, T. M. P. (orgs.). *Relações étnico-raciais e diversidade*. Niterói: Ed. UFF, Alternativa, 2014. P. 37-54.
- NASCIMENTO, Alvaro. “Sobre o que esquecemos e alcançamos: historiografia e racismo”, participante da mesa 4 – Raça na Historiografia, do III Encontro Fluminense de Teoria da

História e Historiografia – EFTH. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EsQF38EW2yl>. Acesso em: 29 de outubro de 2020.

REIS, Maria Firmina dos. *Úrsula (romance); A escrava (conto)*. Edição comemorativa dos 150 anos da 1ª edição atualizado do texto e posfácio de Eduardo de Assis Duarte. Florianópolis: Editora Mulheres, Belo Horizonte: PUC Minas, 2009.

SAID, E. W. *Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.

SANTOS, Boaventura de S. *O fim do império cognitivo: a afirmação das epistemologias do Sul*. Belo Horizonte: Autêntica, 2019.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. *Pau que nasce torto, nunca se endireita! E quem é bom, já nasce feito? Esterilização, saneamento e educação: Uma leitura do eugenismo em Renato Kehl (1917-1937)*. Niterói: Tese de Doutorado em História. Disponível em: [https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008\\_SANTOS\\_Ricardo\\_Augusto\\_dos-S.pdf](https://www.historia.uff.br/stricto/teses/Tese-2008_SANTOS_Ricardo_Augusto_dos-S.pdf). Acesso em 16 de novembro de 2020.

SCHWARCZ, L. M. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SCHWARTZ, Stuart B. “Gente da terra brasileira da nação”. *Pensando o Brasil: a construção de um povo*. In: MOTA, Carlos G. (Org.). *Viagem incompleta – a experiência brasileira (1500-2000) formação da história*. São Paulo: SENAC, 1999. P. 103-125.

SPIVAK, G. ¿ Puede hablar el subalterno? *Orbis Tertius, La Plata: Centro de Estudios de Teoría y Crítica literaria. Facultad de Humanidades y Ciencias de La Educación – Universidad Nacional de La Plata, Argentina, Año III, n. 6, 1998.*

SKIDMORE, T. E. *Preto no branco: raça e nacionalidade no pensamento brasileiro (1870-1930)*. São Paulo: Cia das Letras, 2012.

VIDAL, Diana G. FARIA FILHO, Luciano M. de. “A escolarização no Brasil: cultura e história da educação”, 2007. Disponível em: <http://edf283turma48.blogspot.com/2007/08/texto-aula-historica-1508.html>. Acesso em: 11 de novembro de 2020.

ZILBERMAN, R. *História da literatura e identidade nacional*. In: JOBIN, J. L. (Org.). *Literatura e identidades*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 1999. P. 23-55.

ZIN, Rafael Balseiro. *Maria Firmina dos Reis: a trajetória intelectual de uma escritora afrodescendente no Brasil oitocentista*. 2016. 100 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.